

## A falência do Estado leva ao caos a rede hospitalar

\* 3 NOV 1989

Já perdemos a conta do número de vezes em que tratamos, nestas colunas, das dificuldades econômicas dos hospitais particulares conveniados com o Inamps. Embora tenham sob sua responsabilidade direta o atendimento médico-hospitalar da maioria da população brasileira, uma vez que a rede pública é comprovadamente insuficiente e está inteiramente deteriorada, os estabelecimentos privados não só vêm recebendo uma remuneração aviltante pelos serviços que prestam ao governo federal, como ainda são obrigados a esperar pelo menos três meses para que seus créditos sejam efetivamente depositados em suas contas pelos burocratas do Ministério da Previdência Social.

Todas as vezes em que comentamos este problema, cujas origens remontam ao período em que ainda não se declarara a crise financeira de nosso Estado, no início dos anos 70, nosso argumento sempre foi o mesmo: incapaz de concentrar a sua atenção exclusivamente no que lhe diz respeito no campo da infra-estrutura básica, a **nomenklatura** brasileira passou a executar o que não lhe cabia e o que não sabia, passando então a gastar muito mais do que podia arrecadar e a atrapalhar sistematicamente a vida da iniciativa privada. Deste modo, o Estado não apenas acabou deixando de cumprir suas funções clássicas, em matéria de saúde, saneamento, educação, transportes, habitação e segurança, mas também desorganizou o sistema econômico em todos os seus setores.

O que vem acontecendo neste novo episódio da crise dos hospitais particulares conveniados com o Inamps, portanto, é somente a continuação do longo drama que poderia ter sido evitado se a **nomenklatura** brasileira tivesse sido contida no seu afã fiscalizador, regulador e planejador, no começo dos anos 70. Convidados a atuar em nome do Estado, já que este se aventurou na produção direta de bens e serviços em áreas não-prioritárias, sendo obrigado a contratar empresas privadas para suprir suas lacunas e deficiências em matéria de serviços básicos, os hospitais particulares, aos poucos, foram sendo envolvidos pela incompetência de alguns tecnocratas e pela ação estatizante de outros. Para arcar com suas novas atribuições, a rede privada investiu vultosos recursos em instalações, equipamentos e pessoal especializado; mas, na hora de receber pelos seus serviços, acabou sendo passada para trás pelo Ministério da Previdência Social, que substituiu arbitrariamente os contratos originariamente assinados por outros contratos que os juristas definem como "leoninos".

O grande problema é que, embora a crise financeira do Estado e as dificuldades econômicas sofridas pelos hospitais privados sejam antigas, estes últimos agora chegaram a uma situação pré-falimentar — e se nenhuma medida de urgência for tomada no menor prazo de tempo possível, como reconhece, agora, até o secretário de Saúde de São Paulo, José Aristódemio Pinotti, a população brasileira em breve ficará sem qualquer tipo de atendimento médico-hospitalar. "Os hospitais estão dando o último suspiro de sobrevivência. Eles não têm dinheiro para comprar o mínimo necessário ao atendimento, os estoques já acabaram e eles precisam recorrer a empréstimos

bancários para pagar os funcionários" — disse o secretário, em recente entrevista a nós concedida, reconhecendo que o colapso da rede privada abrirá caminho para o colapso da já deteriorada rede pública.

A atitude do dr. Pinotti é importante, entre outros motivos, porque, até recentemente, ele vinha defendendo e justificando as decisões corrosivas e destruidoras do Ministério da Previdência Social no campo da saúde. Tendo sido até há pouco um entusiasta do Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde (Suds), agora ele é um de seus principais críticos. E o que é mais importante é que seus argumentos hoje endossam tudo aquilo que os dirigentes da rede hospitalar privada sempre afirmaram: além de não conseguir gerir nem mesmo os estabelecimentos oficiais sob seu controle direto, o governo federal vem liquidando não apenas com a rede particular mas, igualmente, com os próprios hospitais mantidos pelos governos estaduais e municipais, por meio do Suds. Isto porque a diária estabelecida pela Previdência Social, que nela inclui a obrigatoriedade de dois lanches e três refeições, mais as despesas com medicamentos, atendimento especializado, lavanderia, serviços administrativos e custos com água, esgoto e eletricidade, é simplesmente ridícula: NCz\$ 18,48 — um valor que mal cobre o pernoite numa pensão barata no centro velho da cidade de São Paulo ou, então, o preço de um prato comercial numa lanchonete.

Não bastasse isso, a **nomenklatura** brasileira ainda demora pelo menos três meses para pagar à rede particular e aos governos estaduais e municipais pelos serviços prestados. Como a inflação mensal tem sido superior a 30%, em termos concretos os estabelecimentos particulares estão sendo compelidos a pagar para trabalhar para o Estado brasileiro. Nem mesmo o governo de São Paulo, o mais rico e poderoso em toda a Federação, como afirma o secretário José Aristódemio Pinotti, está conseguindo arcar com os custos de seus hospitais próprios e dos outros cinco que, com a criação do Suds, ficaram sob seu controle. "Para tratar de gente doente, estou disposto a qualquer coisa, inclusive ficar devendo aos fornecedores. Mas estamos chegando ao limite" — concluiu.

Eis aí, nas palavras de uma pessoa insuspeita, mais um triste reflexo da grande tragédia representada pelo estrondoso fracasso do Estado brasileiro.